

**ATA N.º 16/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2014.** -----

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). -----

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e dezasseis minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

Foi apresentado o Resumo Diário de Tesouraria de 09 de setembro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 131.372,02 -----

Os pontos que constituem a **ORDEM DO DIA** da presente reunião são os seguintes: ----

Ponto 1 - Requerente: ARPICA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça. Agradecimento de donativo. Para conhecimento. -----

Ponto 2 - Requerente: Fundação José Relvas. Agradecimento de donativo. Para conhecimento. -----

Ponto 3 – Município de Alpiarça – Informação Interna n.º 6/2014 – Secção Compras. Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – Período de 01/06/2014 a 31/08/2014. Para conhecimento. -----

Ponto 4 – Município de Alpiarça – Informação Técnica n.º 166/2014, 12/08/2014. Emissão de certidão de compropriedade com aumento do número de compartes referente ao prédio rústico sito em Vale Peixe, Freguesia e Concelho de Alpiarça, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 8526 e inscrito na matriz rústica

sob o art.º n.º 20, secção 56. (certidão emitida de acordo com a presente informação).

Para ratificação. -----

Ponto 5 – Município de Alpiarça - Informação Técnica n.º 53/2014, de 29/08/2014. Libertação de garantia bancária, referente ao Proc.º de Loteamento 1/2007 – Alvará n.º 1/2008, no valor de 787,00€, conforme requerido pelo promotor – Construções Silvino Pedro Marques e Filhos, Ld.ª. Para deliberação. -----

Ponto 6 – Município de Alpiarça - Proposta n.º 25/2014/VJPA. Ação Social Escolar 2014/2015 – Auxílios Económicos. Para deliberação. -----

Ponto 7 - Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local. Relatório n.º 2048/2013 da IGF/ CD-Rom respetivo. Para conhecimento. -----

ADENDA À ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 - Município de Alpiarça. Emissão de Licença especial de ruído, nos termos do disposto do n.º 2 do art.º 9 do Dec-Lei n.º 291/2000 de 14 de Novembro, para a realização da XXXII Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – Alpiagra 2014, sita no recinto da feira, freguesia e concelho de Alpiarça. A licença é válida para os dias 7,8,9,10,11,12 e 14 de Setembro de 2014, com início às 9h e termo às 3h do dia seguinte e, dias 9 e 13 de Setembro de 2014, com início às 9h e termo às 4h do dia seguinte. Para ratificação. -----

Ponto 2 - Município de Alpiarça – Informação Interna n.º 21/GE/2014. Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Alpiarça. Para deliberação. Remeter à Assembleia Municipal.-----

Ponto 3 – Município de Alpiarça – Proposta n.º 27/2014/VJA. Proposta de Deliberação para a autorização da cessão da posição contratual da atual concessionária do Parque de Campismo de Alpiarça-Bruna Alexandra Véstia de Sousa para Trilhos do Sol, Unipessoal Lda NIP 510844251. Para deliberação. -----

Ponto 4 – Município de Alpiarça. Proposta de Edital de uma Hasta Pública para venda do direito de Replantação de Vinha – Licença n.º 2671264 concedida pelo Instituto da Vinha e do Vinho, válida até 31/07/2019 com o número de origem 160664252913, com

a área de 7,31 ha. Para deliberação. -----

Ponto 5 – Município de Alpiarça. Proposta de Edital de uma Hasta Pública para venda do direito de Replantação de Vinha – Licença n.º 2237644 concedida pelo Instituto da Vinha e do Vinho, válida até 31/07/2019 com o número de origem 162139257838, com a área de 9,28 ha. Para deliberação. -----

Ponto 6 – Município de Alpiarça. Proposta de Edital de uma Hasta Pública para venda do direito de Replantação de Vinha – Licença n.º 2237645 concedida pelo Instituto da Vinha e do Vinho, válida até 31/07/2019 com o número de origem 160846252756, com a área de 4,85 ha. Para deliberação. -----

ATAS -----

----- O sr. Presidente começou por pôr à discussão a ata n.º 7/2014, respeitante à reunião de câmara de 7 de Abril de 2014. O sr. Vereador Pedro Gaspar usou da palavra para dizer que se iria abster na votação, em virtude de não ter estado presente nesta reunião de câmara, embora tivesse visionado o vídeo da mesma. O sr. Vereador Francisco Cunha usou da palavra para dizer que não era admissível que em setembro se estivesse a aprovar uma ata de abril, que há muitas coisas que se passaram nessa reunião de que já não se lembra e que não o podiam obrigar a ir ver uma quantidade de horas de vídeo só para verificar se a ata é fiel ao que se passou na reunião, disse ainda que não aprovaria mais nenhuma ata enquanto as mesmas não andassem em dia. O sr. Presidente replicou que se procurará recuperar o atraso nas atas, que as minutas das mesmas estão aprovadas para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas e que além disso as reuniões são todas públicas, são gravadas em vídeo e disponibilizadas na Internet para quem as quiser consultar. Posta a ata à votação foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. O sr. Vereador Pedro Gaspar em declaração de voto, disse ter-se absterido em virtude de não ter estado presente na reunião de câmara, a que a ata diz respeito. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O sr. Presidente antes de passar a palavra aos senhores Vereadores deu nota da

vinda de um médico de nacionalidade cubana para o centro de saúde de Alpiarça, a quem a câmara irá proporcionar moradia e custear despesas de água, luz e gás. Informou ainda que a este nível a câmara municipal procedeu à pintura, limpeza de telhados e à recuperação geral de caixilharia do edifício da Casa do Povo de Alpiarça, onde para além da delegação de Alpiarça da Segurança Social, funciona também o Centro de Saúde, mas também espera da parte do ACES que cumpra a sua parte, procedendo a reparações e melhorias no seu interior. Em relação à Colónia Balnear da Nazaré o sr. Presidente informou que como é do conhecimento dos senhores vereadores foi constituída a Associação de Municípios do Vale do Tejo, à qual o município de Alpiarça aderiu, e que tem como principal finalidade gerir o património da Assembleia Distrital de Santarém, sobretudo com vista à recuperação e remodelação do edifício da Colónia Balnear da Nazaré e devolvê-la à sua função inicial, que é permitir que os mais carenciados do distrito de Santarém passem férias na Nazaré. O sr. Presidente finalizou a sua intervenção dizendo que tem praticamente concluída uma proposta de regimento de funcionamento desta câmara municipal e logo que esteja concluída, a enviará para os senhores vereadores no sentido poderem tomar conhecimento da mesma e procederem ao envio de propostas de alteração, se as houver, para que posteriormente possa vir à aprovação da câmara municipal. Finda a sua intervenção começou por dar a palavra ao sr. Vereador Pedro Gaspar, informando que iria conceder um período de dez minutos a cada um dos vereadores de modo a não se ultrapassar o limite de tempo legalmente consagrado para este período de antes da ordem do dia, que como é sabido é de uma hora. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar no uso da palavra começou por se referir às condições de segurança no auditório da Casa dos Patudos, continuando a aguardar que os serviços municipais lhe entreguem esse relatório. Referiu-se à Alpiagra e comentou os discursos da Diretora Regional de Agricultura e do sr. Presidente, salientando o papel que a câmara de Alpiarça deverá vir a ter no apoio à produção e aos produtores de melão de Alpiarça. Relativamente ao programa da Alpiagra, disse ter registado que tenha sido dito pelo sr. Presidente que será a Alpiagra mais barata dos últimos anos,

mas lamentou que o programa além de se equiparar ao programa de uma festa de aldeia, tenha sido lançado a meia dúzia de dias do início da Feira, dando azo a que a Alpiagra tenha sido pouco divulgada. Em relação aos problemas que se têm sentido na Barragem dos Patudos, considerou que as respostas que lhe têm sido dadas durante as reuniões de câmara não têm sido suficientes para o manter informado do que se passa na barragem e de lhe dar a tranquilidade necessária, pelo que em breve e noutra ocasião voltará a trazer este tema à colação, sendo certo que o Partido Socialista mesmo na oposição, não deixará de procurar contribuir para a solução do problema. ---

----- O sr. Vereador Francisco Cunha usou da palavra dizendo não perceber onde se baseia o sr. Presidente para conceder apenas o período de dez minutos para a intervenção de cada vereador, que no seu caso, considerou manifestamente insuficiente para os temas e assuntos que tem para abordar. Abordou de seguida o assunto da entrega de documentos, considerando o sr. Vereador que essa entrega lhe tem sido feita de forma incompleta pelo sr. Presidente. Sobre os médicos cubanos, perguntou qual o motivo dos dois médicos cubanos que cá estavam, que gostavam de cá estar e que a população gostava deles, se terem ido embora, acusando o sr. Presidente de não ter mexido uma palha para que eles cá ficassem. Relativamente à Alpiagra o sr. Vereador disse admirar-se que mesmo antes de ser feita a conferência de imprensa para a sua apresentação e serem os jornais, a comunicação social ou o site oficial do município a divulgar o certame, foi um blogue que nem sequer é comunicação social, que fez a divulgação do programa. Relativamente ao melão opinou que essa nova comissão de produtores de melão pouco valor acrescentado trás a outras comissões que já existiram noutros tempos. Em relação à certificação da variedade de melão “Manuel António” disse lamentar dizer que é um embuste, vai ser de pouca utilidade para os produtores alpiarcenses, não só porque a disponibilidade de sementes é muita pouca, assim como não há mercado para esse produto, além da concorrência de variedades híbridas muitas semelhantes, de maior produtividade, facilidade de cultivo e melhores hipóteses de venda. Quanto à água da Barragem, o sr. Vereador Francisco Cunha, disse que o sr. Presidente tem faltado à verdade quando diz

que a água está boa e que as análises demonstram que as bactérias estão muito abaixo dos máximos permitidos, disse não culpar o Presidente pela morte dos peixes nem por a água estar assim, mas entende que o problema tem de ser resolvido de outra maneira, que primeiro identifica-se, tomam-se cuidados e depois tomam-se posições e não se pode fazer disto um caso político. Lamentou que as palmeiras que estão no largo de «Os Águias» estejam a morrer e se não forem tratadas morrerão e é pena porque devem ter mais de 150 anos. Também falou de uns holofotes que estão colocados no chão, junto às palmeiras e que houve um miúdo que lá se queimou e que o pai da criança se tem lastimado que a câmara não tenha tomado providências para que isso não voltasse a acontecer. Finalizou dizendo que as tampas dos esgotos na estrada principal estão demasiado baixas e podem provocar acidentes. -----

----- O sr. Presidente passou a responder às várias questões colocadas pelos vereadores, dizendo que a câmara está a procurar e tem procurado incentivar ao associativismos, tem procurado divulgar o melão e acredita que o associativismo é a melhor forma que os produtores terão para venderem os seus produtos. Relativamente ao programa da Alpiagra poder ser equiparado ao programa de uma festa de aldeia, disse que é o programa possível, que tem a colaboração de vários artistas do concelho e que tem em conta as nossas capacidades financeiras e disse julgar que estamos a ter uma Alpiagra com mais expositores, onde as pessoas participam e gostam de estar. Quanto aos problemas da Barragem dos Patudos o sr. Presidente informou que nunca esconderam informação sobre a mesma, que é um problema recorrente que existe há vários anos e que no passado era iludido, referiu que é um problema sério, que a câmara tem procurado ajuda, colaboração e que têm noção daquilo que se pode fazer e deriva de acumulação de matéria orgânica há mais de 20 anos, sem que tenha havido uma limpeza de fundo conveniente, que só poderá ser revertido com um programa que está a ser preparado junto do Ministério do Ambiente e com a ajuda de fundos comunitários. Quanto ao não haver perigo para a Saúde Pública, em caso de prática balnear na barragem, o sr. Presidente referiu que foi o que a APA nos disse e que também o disse a uma jornalista do Público que escreveu um artigo sobre o assunto,

artigo que refere também que não foram recebidas queixas com problemas de saúde por parte dos atletas que participaram no Triatlo Jovem. Sobre os médicos cubanos de Alpiarça o sr. Presidente disse que reuniram e falaram mais do que uma vez ao telefone com a diretora executiva do ACES, que os dois médicos saíram por razões contratuais e que agora vem um novo médico e que será cá colocado também um dos dois que cá estavam com uma outra relação contratual. Em relação à divulgação do Programa da Alpiagra num blogue o sr. Presidente explicou que na altura da conferência de imprensa, foi enviada uma nota de imprensa para a agência Lusa, agência esta que divulgou logo o programa e o blogue a que o sr. Vereador de refere, publicou a notícia divulgada pela Lusa. Relativamente à variedade de melão Manuel António, o sr. Presidente concordou que se trata de uma produção residual, que é uma variedade que dá menos produção, que há poucas sementes, mas opinou que é uma variedade que importa preservar, que importa promovê-la e que é um processo a médio e a longo prazo e não é intenção substituir outras variedades por esta, mas que pode vir a constituir um nicho de mercado, porque é um produto de qualidade. Quanto às palmeiras do Largo de «Os Águias» informou que já foram tratadas três vezes e que estão a morrer milhares e milhares de palmeiras pelo país fora, por efeito de uma praga e até na nossa vila já morreram dezenas e que agora só faltava o sr. Vereador Francisco Cunha culpar o presidente da câmara de Alpiarça pela morte das palmeiras. --

----- O sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao sr. Eng.º Portugal para explicar a questão da eventual falta do botão de segurança da casa de banho dos deficientes do auditório da Casa dos Patudos, o qual referiu que o assunto não foi esquecido e que embora contactado o técnico autor do projeto ainda não houve uma resposta por parte deste para o assunto. Finda esta intervenção do sr. Eng.º Portugal o sr. Presidente deu mais cinco minutos a cada vereador para colocarem outras questões. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar começou por dizer que relativamente ao auditório da Casa dos Patudos não se tratava só da falta de segurança da referida casa de banho, mas sim da existência ou não do Certificado de Segurança Contra Incêndios em Edifícios. Relativamente à Alpiagra disse que o sr. Presidente irá continuar sempre a

dizer que as Alpiagras feitas pela CDU serão melhores e muito mais baratas dos que as feitas pelo PS, criticando o certame deste ano por não ter tido sequer uma máquina de multibanco e pelo facto de no dia da inauguração e por largo tempo as ruas de acesso à feira estiveram interrompidas. Sobre o melão disse que registou o que o sr. Presidente disse mas lamentou não haver plano de ação e opinou que em 2017 quando houver campanha eleitoral voltará a questão do melão à baila. Sobre a Albufeira dos Patudos disse que todos sabemos o que se passa com as águas, que é um problema que já vem detrás e que o PS está disposto a colaborar positivamente com este executivo para a resolução do problema e que não há nenhuma tentativa de capitalização política por parte do PS, mas pelo contrário não há é por parte do executivo um plano de ação concertado com “timings” definidos para a conclusão da resolução do problema da Barragem. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse que em relação à Barragem já foram ditas muitas coisas, mas a verdade é que este assunto nunca foi trazido à reunião de câmara pelo executivo e os vereadores da oposição é que têm trazido este assunto e têm posto questões, que vão sendo respondidas. Acrescentou que o problema ambiental não é só da Barragem dos Patudos, há o problema da Vala, há as lixeiras a céu aberto, há os contentores que não são lavados, há os eco-parques, são os eco-pontos, porque a câmara municipal não tem uma política ambiental, que deveria ter. Em relação à Alpiagra, opinou que o problema não são os artistas que atuam na Feira, considerou que a Alpiagra devia ser uma Feira Regional, voltada para a agricultura e para o comércio e que o executivo não tem visão para que Alpiagra se torne num certame regional. Para concluir o sr. Vereador Francisco Cunha informou que no passado mês de agosto, houve uma assembleia dos quarenta maiores contribuintes onde foi aprovado um Relatório por unanimidade, opinando que o sr. Presidente deveria ter trazido ao conhecimento da oposição, porque a Câmara de Alpiarça está com um problema grave que é a transferência de verbas dos legados para a Fundação Relvas. -----

----- O sr. Presidente em resposta às questões colocadas, solicitou ao sr. Vereador João Arraiolos que enviasse ao senhores Vereadores Carlos Pereira e Pedro Gaspar o

Relatório a que se referiu o sr. Vereador Francisco Cunha. Relativamente ao que foi dito pelo sr. Vereador Pedro Gaspar e sobre a inexistência de multibanco na Alpiagra, foi assumido pela maioria e permitiu uma poupança de cerca de quatro mil euros. Sobre a não existência por parte do executivo de um plano de ação e uma calendarização para a resolução do problema da Barragem dos Patudos, disse que o sr. Vereador Pedro Gaspar há-de concordar que é muito difícil ter um plano de ação e uma calendarização quando não sabemos as verbas com que podemos contar no presente e no futuro para a resolução do problema, que como já foi explicado variadíssimas vezes é um problema de fundo que terá de envolver o Ministério do Ambiente e verbas comunitárias. Voltando à Alpiagra, opinou que o que mudou substancialmente em relação a outros certames anteriores, são os artistas que têm “cachets” muitos mais baixos, porque em relação a tudo o resto a nossa feira é um certame que promove as empresas locais e regionais, está voltada para a agricultura, para o comércio e para a indústria e cujo número de expositores e visitantes tem vindo a aumentar. -----

----- O sr. Presidente deu por terminado este período, dando início à Ordem do Dia. -

ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Requerente: ARPICA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça. Agradecimento de donativo. Para conhecimento. -----

----- Foi dado conhecimento do agradecimento do donativo de melões e melancias que sobraram do concurso de melão e melancia do Festival do Melão. -----

Ponto 2 - Requerente: Fundação José Relvas. Agradecimento de donativo. Para conhecimento. -----

----- Foi dado conhecimento do agradecimento do donativo de tomate, oferta de produtores à organização do Festival do Melão e que sobrou da sardinhada. -----

Ponto 3 – Município de Alpiarça – Informação Interna n.º 6/2014 – Secção Compras. Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – Período de 01/06/2014 a 31/08/2014. Para conhecimento. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha no uso da palavra criticou a despesa que a Câmara de Alpiarça fez em publicidade na revista da Festa do Avante, alegando que se

fosse ele o presidente da câmara não gastava dinheiros públicos com qualquer partido.

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar disse que não podia deixar de dar razão ao sr. Vereador Francisco Cunha e acompanhou-o na crítica ao dinheiro dos contribuintes gasto em publicidade na revista da Festa do Avante. -----

----- O sr. Presidente explicou que a revista em questão, é uma revista de grande divulgação, com uma tiragem de dezenas de milhares de exemplares e que sai antes da Alpiagra, daí que o executivo aposte em publicidade nessa revista. -----

Ponto 4 – Município de Alpiarça – Informação Técnica n.º 166/2014, 12/08/2014. Emissão de certidão de compropriedade com aumento do número de compartes referente ao prédio rústico sito em Vale Peixe, Freguesia e Concelho de Alpiarça, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 8526 e inscrito na matriz rústica sob o art.º n.º 20, secção 56. (certidão emitida de acordo com a presente informação). Para ratificação. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dizendo que o assunto vem apenas para ratificação uma vez que houve um despacho emitido por si, dado tratar-se de um processo que implicava emigrantes que tinham de se ausentar do país e deu a palavra ao sr. Eng.º José Portugal de Sousa que explicou sucintamente a situação, que aliás constava da informação técnica da sua autoria e que completa o ponto. Não se registando qualquer pedido de esclarecimento, foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do sr. Vereador Pedro Gaspar, nos termos constantes da presente Informação Técnica. -----

Ponto 5 – Município de Alpiarça - Informação Técnica n.º 53/2014, de 29/08/2014. Libertação de garantia bancária, referente ao Proc.º de Loteamento 1/2007 – Alvará n.º 1/2008, no valor de 787,00€, conforme requerido pelo promotor – Construções Silvano Pedro Marques e Filhos, Ld.ª. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao sr. Eng.º José Portugal de Sousa que explicou a situação, que constava, aliás, do texto da informação técnica da sua autoria. Não se registando qualquer dúvida depois das explicações dadas pelo técnico supra referido, foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por

unanimidade, nos termos constantes da presente Informação Técnica. -----

Ponto 6 – Município de Alpiarça - Proposta n.º 25/2014/VJPA. Ação Social Escolar 2014/2015 – Auxílios Económicos. Para deliberação. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dizendo que se trata da aprovação de uma proposta do sr. Vereador João Arraiolos, baseada numa informação dos serviços de Ação Social Escolar e deu a palavra ao vereador em questão, a fim do mesmo fazer a apresentação da sua proposta. No uso da palavra o sr. Vereador Arraiolos explicou que apesar das dificuldades económicas sentidas, os apoios dados pelo município são superiores aos valores obrigatórios que estão previstos na legislação, sendo no escalão A um apoio de 100% para alimentação e 65 € para livros e material escolar, no escalão B o apoio é de 50% na alimentação e 35 € para livros e material escolar. Já em relação ao ano escolar anterior verifica-se um aumento de 8,3 % no Escalão A que passa de 60 € para 65 € e de 9,4% no escalão B, que passou de 32 €, para 35 €. O sr. Vereador Pedro Gaspar disse congratular-se que o município de Alpiarça pague acima dos valores definidos por lei e perguntou qual o valor dos encargos totais com estes apoios, tendo o sr. Vereador João Arraiolos respondido que são 30.000 € para alimentação e 6.000 € para livros e material escolar. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto 7 - Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local. Relatório n.º 2048/2013 da IGF/ CD-Rom respetivo. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente fez a apresentação do ponto, dizendo que enviou este Relatório para conhecimento dos senhores vereadores e também para conhecimento da Assembleia Municipal, informou que na sequência desta ação inspetiva a IGF apresenta um conjunto de recomendações e enviou para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria três processos de licenciamento de obra e que dizem respeito ao mesmo assunto e que tem a ver com as licenças concedidas para obras naquela faixa de terreno que se situa na via municipal que vai do Casalinho ao Frade de Cima, dado que há um desajuste entre a opinião da IGF e da câmara municipal, apoiada em informações do gabinete técnico da câmara e pareceres jurídicos, que concedeu as licenças. O sr.

Vereador Francisco Cunha lamentou de só agora os vereadores terem conhecimento desta inspeção. O sr. Presidente contrapôs, alegando que o Relatório foi enviado no momento próprio em que devia ser enviado, que foi após a sua conclusão, ao contrário do que faziam executivos anteriores que nunca davam conhecimento dos relatórios, mesmo após vários pedidos e insistências. O sr. Presidente acrescentou ainda que as senhoras vereadoras que cá estavam nesse mandato em que decorreu a inspeção foram informadas que a mesma estava a decorrer. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse ter tomado nota de algumas das conclusões do Relatório, nomeadamente as relacionadas com a revisão do PDM, com processos de obras, com processos de contra-ordenação, com adjudicações de empreitadas, com as despesas de bens e serviços, e que algumas dessas conclusões apontavam para ilegalidades. O sr. Presidente contrapôs que não há uma única frase do Relatório que diga que houve ilegalidades, o que houve foram atos nulos, no entendimento da IGF e que foram enviados para o TAF de Leiria e a câmara agora vai-se defender, porque o entendimento da IGF e dos técnicos da câmara, são diferentes. --

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar considerou que o Relatório é demasiado denso para que possa ser analisado num tão curto espaço de tempo, disse que não se pronunciaria sobre os atos nulos, porque é um assunto que está em Tribunal, mas disse ter notado que em 2011 houve um salto no que concerne à despesa em gastos com empreitadas e que presume que teve a ver com a empreitada da obra dos Patudos e perguntou se o executivo atual podia ou não podia ter evitado este procedimento. Na opinião do vereador, se podia evitar e não evitou esta despesa, então a câmara atual CDU, que tanto fala na herança que o PS deixou dos 13 milhões de euros de dívida, continuou na mesma senda do que criticou ao PS e não evitou uma despesa que poderia ser evitada. O sr. Presidente contrapôs alegando que estamos aqui a tratar de um assunto muito sério e estamos aqui a falar do aproveitamento de fundos comunitários para a realização de uma obra consensual, que inclusivamente fazia parte do programa eleitoral da CDU. Obras essas que além disso estavam em curso, porque as obras foram adjudicadas pelo PS sem sequer terem visto do Tribunal de Contas e foi

a câmara CDU que legalizou esses processos, garantiu os financiamentos comunitários e pagou a parte que lhe competia. Mais afirmou que fica espantado com esta posição do sr. Vereador Pedro Gaspar que está perfeitamente ao corrente do que se passou. O sr. Vereador Pedro Gaspar contrapôs alegando que a CDU não se pode estar sempre a queixar da dívida herdada, quando da análise deste relatório, se infere que o executivo CDU também contribuiu para o endividamento. O sr. Presidente disse que o sr. Vereador Pedro Gaspar estava completamente enganado e que há um desfasamento de dois anos no tempo, relativamente ao que acaba de dizer, porque os mais de 13 milhões de dívida foram achados à data do termo do terceiro mandato do PS em outubro de 1999 e a obra da Casa dos Patudos foi integralmente paga em 2011, não só com a comparticipação de fundos comunitários, mas também com verbas próprias da Câmara, porque como é sabido a câmara como tem um Plano de Saneamento Financeiro e o Tribunal de Contas não deixaria sequer o município recorrer ao crédito, porque desde 1998 o município de Alpiarça já tinha ultrapassado o limite de endividamento e concluiu dizendo que neste momento nada se deve dessa obra, nem a mesma contribuiu para o aumento da dívida. Relativamente às recomendações que constam do Relatório, disse que algumas questões já estão resolvidas outras estão em vias de resolução e que os senhores vereadores irão tomar conhecimento do que está a ser feito para corrigir as recomendações. O sr. Presidente deu o ponto por concluído.

Ponto 8 (Ponto 1 da adenda) - Município de Alpiarça. Emissão de Licença especial de ruído, nos termos do disposto do n.º 2 do art.º 9 do Dec-Lei n.º 291/2000 de 14 de Novembro, para a realização da XXXII Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – Alpiagra 2014, sita no recinto da feira, freguesia e concelho de Alpiarça. A licença é válida para os dias 7,8,9,10,11,12 e 14 de Setembro de 2014, com início às 9h e termo às 3h do dia seguinte e, dias 9 e 13 de Setembro de 2014, com início às 9h e termo às 4h do dia seguinte. Para ratificação. -----

----- O sr. Presidente informou que o assunto vinha para ratificação, porque a licença especial de ruído já foi emitida com despacho do sr. Presidente, havendo até quem defenda que não faz sentido a câmara estar a licenciar-se a si própria, porém como

vinha noutros executivos anteriores, o atual executivo continua a fazê-lo. O sr. Vereador Francisco Cunha usou da palavra para dizer que há um Regulamento para o pedido e emissão destas licenças e que a câmara municipal não cumpre o seu próprio regulamento, trazendo o despacho da emissão desta licença a ratificação, quando devia ter vindo para deliberação, não podendo como tal exigir aos munícipes que cumpram o regulamento a tempo e horas. O sr. Vereador Pedro Gaspar opinou que na última reunião de câmara poderiam ter perfeitamente deliberado sobre a emissão desta licença e não apenas ratificar agora o despacho do sr. Presidente. Em resposta aos vereadores o sr. Presidente disse que a licença emitida é perfeitamente legal e baseada num despacho de autorização dado por si, do qual assumiu e assume as consequências e que agora compete ao executivo aprovar ou não aprovar. O ponto foi então posto à votação tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. -----

Ponto 9 (Ponto 2 da adenda) - Município de Alpiarça – Informação Interna n.º 21/GE/2014. Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Alpiarça. Para deliberação. Remeter à Assembleia Municipal. -----

----- O sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dizendo tratar-se de uma informação do Gabinete de Educação e que trata da adaptação de regulamentos existentes na área do apoio à família, a um Despacho do Governo e integrá-los todos no mesmo regulamento que se designou de: “Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Alpiarça”. Mais informou que este regulamento já foi objeto de um parecer favorável por parte da Comissão Municipal de Educação, aprovado por unanimidade. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que se iria abster uma vez que lhe tinha sido impossível analisar um documento desta natureza em tão pouco tempo, não querendo dizer com isto que o documento está certo ou está errado. O sr. Vereador Pedro Gaspar usou da palavra para dizer também que não havia tempo nem espaço para analisar corretamente um documento desta natureza e por

isso se iria abster, porque não poderia votar este documento em consciência. O sr. Presidente contrapôs que compreende a posição dos senhores vereadores mas que o documento lhes foi enviado dentro do prazo definido por lei e pôs o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. Em declaração de voto o sr. Vereador Francisco Cunha disse que se tinha absterido porque o tempo que nos é dado para analisar este Regulamento não é razoável para que possa ter uma opinião séria e concreta do mesmo. O sr. Vereador Pedro Gaspar em declaração de voto disse que a sua abstenção vai no sentido deste tipo de regulamentação carecer de mais tempo de análise acrescido do facto de ter de ser instruído de toda a documentação legal que serviu de suporte às alterações, para efeitos de confirmação. O sr. Presidente também fez declaração de voto, dizendo que votaram favoravelmente este Regulamento, que ele significa a concretização necessária das novas regras impostas por despacho governativo recente, tendo já merecido o parecer unânime de aprovação por parte do Conselho Municipal de Educação. Tal como noutras situações compreendemos as dificuldades referidas pelos senhores Vereadores mas não podemos deixar de ressaltar que este documento foi enviado com a antecedência de quarenta e oito horas, ou seja, no escrupuloso cumprimento da lei. -----

Ponto 10 (Ponto 3 da adenda) – Município de Alpiarça – Proposta n.º 27/2014/VJA. Proposta de Deliberação para a autorização da cessão da posição contratual da atual concessionária do Parque de Campismo de Alpiarça-Bruna Alexandra Véstia de Sousa para Trilhos do Sol, Unipessoal Lda NIP 510844251. Para deliberação. -----

O sr. Presidente pôs o ponto à discussão dando a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos o qual no uso da palavra fez a apresentação da sua proposta. Da parte do sr. Vereador Francisco Cunha e do sr. Vereador Pedro Gaspar surgiram algumas dúvidas e questões relacionadas com a proposta e com o parecer jurídico que o acompanhava, aos quais não havia possibilidades de esclarecer convenientemente dada a inexistência dessa documentação nesta reunião de câmara, pelo que o sr. Presidente deu por retirado este ponto da ordem do dia, de modo a trazê-lo a uma próxima reunião de câmara. -----

Ponto 11 (Ponto 4 da adenda) – Município de Alpiarça. Proposta de Edital de uma Hasta Pública para venda do direito de Replantação de Vinha – Licença n.º 2671264 concedida pelo Instituto da Vinha e do Vinho, válida até 31/07/2019 com o número de origem 160664252913, com a área de 7,31 ha. Para deliberação. -----

Ponto 12 (Ponto 5 da adenda) – Município de Alpiarça. Proposta de Edital de uma Hasta Pública para venda do direito de Replantação de Vinha – Licença n.º 2237644 concedida pelo Instituto da Vinha e do Vinho, válida até 31/07/2019 com o número de origem 162139257838, com a área de 9,28 ha. Para deliberação. -----

Ponto 13 (Ponto 6 da adenda)– Município de Alpiarça. Proposta de Edital de uma Hasta Pública para venda do direito de Replantação de Vinha – Licença n.º 2237645 concedida pelo Instituto da Vinha e do Vinho, válida até 31/07/2019 com o número de origem 160846252756, com a área de 4,85 ha. Para deliberação. -----

O sr. Presidente informou que estes três últimos pontos da Ordem do Dia são idênticos e que apenas diferem nas áreas do direito de replantação de vinha a pôr à venda através de hasta pública, pelo que, se os senhores vereadores não se opuserem, iria pô-los à discussão e posterior votação em conjunto. Não havendo objeção, o sr. Presidente deu a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos, que fez a apresentação da sua proposta, explicando que na sequência de uma hasta pública feita anteriormente e havendo estas áreas disponíveis, propõem-se a venda deste direito de replantação ao preço base de licitação de mil e oitocentos euros por hectare. O sr. Vereador Francisco Cunha perguntou se a receita da venda destas licenças reverteriam para a câmara ou para os legados, sendo esclarecido pelo sr. Vereador João Arraiolos que do ponto de vista contabilístico estas receitas serão lançadas nas contas a que pertencerem, ao que o sr. Vereador Francisco Cunha respondeu que estava esclarecido e solicitou que lhe enviassem os dados não só destas licenças, mas das outras que foram alvo da outra hasta pública, em relação às propriedades a que pertenciam. O sr. Vereador Francisco Cunha questionou se a venda destes direitos punham em causa a expansão da plantação de vinha por parte da Agroalpiarça, ao que o sr. Vereador Arraiolos respondeu que não, que já este ano a Agroalpiarça plantou 3,5 ha de vinha e a câmara

ainda vai ficar com 14 ha de direito de plantação e a Agroalpiarça poderá alargar os seus 45 ou 46 ha de vinha, até aos 60 ha. O sr. Presidente pôs os pontos 11, 12 e 13 à votação em conjunto, tendo sido aprovados por maioria com a abstenção dos senhores Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. Em declaração de voto o sr. Vereador Pedro Gaspar disse ter-se absterido por não se considerar suficientemente esclarecido e também por não estar na posse de toda a documentação que lhe permitisse votar em consciência, quanto ao sr. Vereador Francisco Cunha em declaração de voto disse ter-se absterido por considerar que esta alienação merecia uma discussão mais aprofundada em relação à estratégia que deverá ser tomada pela Agroalpiarça, que é detida em quase 100% pela câmara, no que toca à definição da sua área de vinha. -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- Havendo público na sala o sr. Presidente deu a palavra ao munícipe Eduardo Costa que informou que vinha falar sobre duas situações em que foi visado aqui nesta sala, sendo que uma delas se passou na reunião de câmara de 28-07-2014, sobre a CADA-Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, em que o seu nome teria sido visado embora não se encontrasse presente, e em que o sr. Presidente teria dito que não dava a documentação sobre as AEC's ao sr. Vereador Francisco Cunha, mas dá-la-ia ao munícipe Eduardo Costa ou qualquer outro cidadão. Neste momento o munícipe, dizendo aproveitar o convite do sr. Presidente, dirigiu-se à mesa e entregou pessoalmente um requerimento solicitando a documentação atrás referida. A outra situação referida pelo munícipe, diria respeito a uma intervenção sua sobre alguns comentários ofensivos contra a sua pessoa e outros munícipes proferidos no Facebook do município por uma figura fictícia, que alegadamente o sr. Presidente teria dito que resolveria e nunca resolveu, entendendo o munícipe que a sua intervenção sendo factual devia constar em ata e nunca constou, até porque antes da sua intervenção, apresentou as suas desculpas, caso tivesse ofendido alguém, questionando o sr. Presidente e os srs. Vereadores, se isso aconteceu, lhe dissessem, quando, onde e em que circunstâncias, isso teria acontecido. -----

----- O munícipe Fernando Loureiro veio a esta reunião, para ver se se resolvia o caso

da sua rua, que é a Rua Ricardo Durão, em que essa rua no GPS só aparece até ao Largo Salgueiro Maia e do Largo para lá é como se não existisse rua. Ora as encomendas não são entregues precisamente porque a rua é interrompida pelo Largo. Solicitou que fosse corrigida a situação, com a colocação de mais placas de toponímia para que a rua não ficasse interrompida pelo Largo, ou então que o Largo se denomine Jardim, porque os Jardins não interrompem as ruas. -----

----- O sr. Presidente começou por responder ao munícipe Eduardo Costa, alegando que a responsabilidade pela redação das atas é sua, a responsabilidade pela alteração e aprovação das atas é sua e dos senhores vereadores, as atas já foram votadas e aprovadas, além de que a o regime jurídico das autarquias locais é claro, quando estabelece que “as atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas”. Acrescentou ainda que como é evidente não faz sentido registar em ata as referências que são feitas a comentários no Facebook, provenientes de Patracolas, Carlos Pintos, Toinos de Alpiarça e outros anónimos que aparecem a fazer certos comentários e apelou que certas discussões fossem feitas de modo privado e não em reuniões públicas. O sr. Presidente terminou dizendo que o essencial e até mais do que o essencial está em ata e que as intervenções estão filmadas e divulgadas no youtube e que ficarão para a posteridade.

----- Relativamente à questão colocada pelo munícipe Fernando Loureiro, o sr. Presidente disse que tomou nota e que iria encaminhar o assunto para os serviços. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo sr. Presidente, eram vinte horas, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata das deliberações, se lavrou a presente ata, em minuta, que foi aprovada por unanimidade.-

----- E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----